

Jurema Machado de A. Souza (UFRB)

Resumo: Os Pataxó Hãhãhã estão organizados em unidades designadas famílias étnicas (Baenã, Kariri-Sapuyá, Kamacã, Tupinambá e Pataxó Hãhãhã), que estão ao abrigo do denominado parentesco de sangue ou consangüíneo, que, por sua vez, concerne a três níveis ou categorias classificatórias crescentes, ou seja, aos membros da família de procriação ou parentes consangüíneos; àqueles componentes de uma determinada família étnica, ou povo; e, finalmente, ao conjunto formado pelas várias famílias étnicas, que se identificam mutuamente como *parentes de sangue*". A proposta desta comunicação é demonstrar esses arranjos e suas implicações políticas e territoriais.

Palavras-chave: Parentesco, território, identidade.

Introdução

Em 1926, o Serviço de Proteção aos Índios – SPI criou a Reserva Caramuru-Paraguassu, em terras cedidas pelo Estado da Bahia, para “*gozo dos índios Pataxós e Tupinambás*”(Lei Estadual nº 1916/26)². A criação da Reserva, que hoje abarca 53.099 ha dos municípios de Pau-Brasil, Itaju do Colônia e Camacã objetivava conter os índios que ainda se encontravam nas matas do sul da Bahia. Posteriormente outros povos, outrora localizados em missões e aldeamentos extintos, também foram conduzidos para a reserva. Contemporaneamente, a Reserva em sua totalidade, passou a ser constituída pelo etnônimo englobante *Pataxó Hãhãhã*, compreendendo as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhã, Kamacã, Tupinambá e Kariri-sapuyá³.

A partir da década de 30 do século XX, as terras da referida reserva começam a ser alvo da cobiça de grandes fazendeiros, ao mesmo tempo, em que pequenos lotes nas suas

¹ Trabalho apresentado na “28 Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil”.

² Estado da Bahia. Diário Oficial. Salvador, 11/08/1926. Pp. 9935.

³ A título de informação, pois ainda não recolhemos dados para descrições mais precisas e contundentes, em recente trabalho de campo realizado no âmbito do Projeto de pesquisa e extensão “Os Índios da Reserva Caramuru-Paraguassu na contemporaneidade (1926-presente): parentesco, território, identidade e memória mediante o uso de tecnologias sociais, alguns indivíduos foram apresentados à equipe de pesquisadores como Guerens, oriundos da Aldeia de São Fidelis. Uma senhora e dois sobrinhos relataram as dificuldades que estão enfrentando para serem reconhecidos pelas outras famílias étnicas, bem como a pequena pesquisa documental que realizaram sobre os Gueren, e a visita que realizaram ao local onde se localizada a referida aldeia.

margens começam a ser arrendados a não-índios pelo próprio SPI. Após sérias e violentas investidas, a quase totalidade das terras da reserva foi invadida, o que culminou com a quase total expulsão dos índios. Entre as décadas de setenta e oitenta do século XX, o governo do estado da Bahia concedeu títulos de propriedade de terras aos invasores da reserva, com a justificativa de que ali “não havia mais índios, só meia dúzia de descendentes no posto abandonado de Itajú do Colônia”⁴. Mobilizados a partir do final dos anos 70, um grupo de indígenas aciona a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e organizações de apoio à causa indígena e, em 1982, reocupam a denominada Fazenda São Lucas, localizada na porção sul da reserva. Essa ação marca o início da ocupação contemporânea das terras da reserva, e da retomada de antigos etnônimos e memória das aldeias de origem e das distintas trajetórias de cada grupo étnico.

Em recente pesquisa do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA)⁵, vem-se constatando não haver a existência de regra explícita para alianças matrimoniais no interior e entre os diversos grupos étnicos que se distribuem pela área da reserva. Entretanto, pode-se observar a realização de arranjos familiares entre as chamadas *famílias étnicas*, o que aponta para a inter-relação entre parentesco e identidade, através da ênfase no etnônimo de cada família, e, em alguns casos, etnônimos incorporados aos próprios nomes dos indivíduos.

A proposta desta comunicação é demonstrar esses arranjos e suas implicações políticas e territoriais. É importante destacar, que a própria metodologia empregada na pesquisa supra-citada enseja uma reflexão conjunta entre os indígenas e os pesquisadores, já que os primeiros vêm sendo estimulados a elaborar seus próprios diagramas genealógicos. Do mesmo modo, discutir de que maneira os distintos contingentes étnicos do povo denominado Pataxó Hãhãhã se distribuíram, nos últimos 30 anos, em um conjunto de áreas mais ou menos distantes umas das outras, do que resultou uma configuração

⁴ Depoimento de Maura Titia, índia Baenã, sobre a resposta que lhe foi dada pelos representantes do governo, quando questionados sobre a ilegalidade da distribuição dos títulos numa área demarcada para reserva indígena.

⁵ O projeto de pesquisa e extensão “Os Índios da Reserva Caramuru-Paraguassu na contemporaneidade (1926-presente): parentesco, território, identidade e memória mediante o uso de tecnologias sociais é uma iniciativa do PINEB/UFBA, e conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). O projeto realiza oficinas de cartografia social e genealogia e parentesco com indígenas da Reserva, no intuito de colaborar, respectivamente, com o monitoramento do território e o registro da memória e das relações de parentesco dos distintos grupos étnicos. Conta com 4 pesquisadores, 1 apoio técnico, 1 bolsista de iniciação científica, 1 bolsista de iniciação a extensão, 1 pesquisador local e dois bolsistas de iniciação científica junior, ambos estudantes da escola indígena.

espacial em observância à acentuada clivagem étnica que caracteriza a sua população. Para tanto, estabelecerei um recorte histórico para tratar da questão a partir da recente reocupação indígena das terras da Reserva Caramuru-Catarina Paraguassu.

Ocupação contemporânea do território

Ao longo desses 30 anos, os Pataxó Hãhãhã protagonizaram grandes conflitos fundiários no sul da Bahia, e amargaram uma longa espera pelo julgamento da Ação de Nulidade de Títulos incidentes sobre seu território, que, efetivamente, só ocorreu em maio deste ano.

Enquanto aguardavam a decisão da justiça, os Pataxó Hãhãhã, a partir de 1982, retornavam paulatinamente ao território. Alguns agrupamentos, como parcela dos Kariri-Sapuyá e Tupinambá, encontravam-se em cidades ou vilarejos próximos à reserva, outros, como os Kamacã, e alguns membros Baenã estavam em Minas Gerais e São Paulo. A retomada da Fazenda São Lucas foi liderada por dois líderes Kariri-Sapuyá, uma líder Baenã e um líder Tupinambá. Após o sucesso da ação, cada um encarregou-se de noticiar seus parentes, através de cartas, que haviam “entrado na terra”. Após este reestabelecimento, durante os atos de retomada territorial prevaleciam as relações internas entre as diversas etnias, ou seja, uma certa demarcação de fronteiras étnicas. Esta demarcação envolve tanto o estabelecimento de distinções identitárias entre os diversos grupos indígenas que estão estabelecidos na área da reserva, quanto sentimentos distintos de indianidade. Deste modo, as “famílias étnicas”⁶ cujos membros possuem fenótipos mais próximos da representação que prevalece, no senso comum⁷, como “índio ideal”, ou seja, aqueles indivíduos que possuem cabelos lisos, pele “bronzeadá” e residem em locais distantes do contexto urbano, gozam de maior respeitabilidade e direitos na organização interna da reserva. Aliado a esses caracteres físicos há, ainda, a trajetória histórica, comprovada, desses povos, ou seja, de “índios

⁶ Os índios da Reserva Caramuru-Paraguassu apreendem cada grupo étnico como uma “família”, isto é, “família” genealógica e etnicamente definida.

⁷ Este senso-comum que estou tratando aqui diz respeito à própria construção idealizada de fenótipo indígena que vige na percepção dos índios da Reserva. Percepção que pode ser constantemente renovada.

com documentos”⁸, com “história estudada”, conhecida, e de domínio dos seus membros que, conseqüentemente, detêm maior legitimidade.

O sucessivo processo de retomadas, que tomou mais fôlego a partir do final de 1999, obedece estratégia em torno da unificação dos distintos grupamentos étnicos, ou seja, é levada a cabo por membros de todas as etnias estabelecidas na Reserva. As circunstâncias sociais e políticas reinantes nesse período, determinaram, como mecanismo de resistência mais oportuno, a tentativa de unificar os grupos em função do objetivo comum que era expandir a ocupação e o controle do território. Essa estratégia era acionada e girava em torno das figuras de cacique, vice-cacique e quadro de lideranças, procurando-se contemplar cada etnia, através da escolha de seus respectivos representantes (denominados lideranças) para compor uma espécie de conselho ampliado, consultivo e deliberativo. Após efetuada cada retomada, mediante a retirada dos denominados proprietários e funcionários da fazenda, prosseguia-se com a ocupação pelos Índios, mediante a migração de famílias para a nova área.

Essas ocupações tinham um caráter coletivo, e qualquer família podia construir uma casa nessa recente ocupação e passar a residir ali, se assim o desejasse e fosse acolhido pelo referido conselho ampliado. Os recursos naturais, aí, poderiam ser igualmente explorados por todos, tais como plantações de cacau, árvores frutíferas, currais e pastos. É importante destacar que as áreas ocupadas entre 1999 e 2000 eram contíguas à sede do posto que é, hoje, conhecido por “Caramuru”.

A partir de 2001, as estratégias de retomada passaram a observar uma lógica diferente, própria a cada agrupamento étnico. Atribuo esta alteração ao fato de ter ocorrido o rompimento de alianças políticas estratégicas entre as duas famílias étnicas hegemônicas, no sentido de detentoras de maior força política e controle sobre os recursos humanos e materiais, a saber, os Kariri-Sapuyá e os Tupinambá. A partir de então o cenário se altera: os Baenã, usualmente mais ligados politicamente aos Kariri-Sapuyá, passaram a efetuar retomadas próprias, que alternavam com o seu afastamento do cenário político; os Kamacã, por sua vez, sentindo-se negligenciados, também procuraram retomar seus “locais de origem”, ainda que sempre em aliança com os Kariri-Sapuyá, muito possivelmente em função dos diversos casamentos existentes entre essas duas famílias

⁸ Documentos, no caso, entendidos como documentação histórica referente a esse conjunto de pessoas etnicamente segmentadas.

étnicas. Todos esses processos procuravam remeter cada família aos lugares de moradia tradicionais, ou seja, da época de seu estabelecimento na reserva, pelo SPI, conforme cada grupo étnico.

Breves notas sobre grupos domésticos e unidades familiares

Os grupos domésticos que constituem a comunidade Pataxó Hãhãhã, são compostos, via de regra, por cinco a oito indivíduos. Desses grupos, os que têm uma formação mais antiga, ou seja, aqueles cujos cônjuges são mais velhos, possuem, na maioria das vezes, um maior número de componentes, que podem incluir até doze pessoas, entre os quais há parentes oriundos de locais exteriores ao território indígena. Estes últimos abrigam-se nesses grupos domésticos até conseguirem uma autorização definitiva dos líderes, para construir suas casas e poder permanecer na aldeia. Um maior número de pessoas no grupo doméstico pode, também, justificar-se pela presença de filhas e, ou, filhos recém-casados, que podem compartilhar, por certo período, a casa dos pais. As pesquisas desenvolvidas no âmbito do PINEB não têm registrado a formalização de regras de residência: os jovens recém-casados podem deslocar-se, após a realização da união, tanto para a casa dos pais da moça ou do rapaz, parecendo que o fator determinante para a escolha é antes o tamanho da residência, e uma mais favorável situação econômica do grupo doméstico. De todo modo, o leitor não deve concluir que o grupo doméstico, considerado como reunindo as melhores condições para receber o novo casal, seja sempre aquele que detenha as melhores condições materiais – maior roça e algumas cabeças de gado -- pois nem sempre é isso o que acontece. Um grupo doméstico onde não existam muitas pessoas para trabalhar na roça, ou para desenvolver qualquer outro tipo de atividade, pode ser o escolhido, se um dos jovens recém-casados for o alicerce econômico da casa, e se o cônjuge sinalizar também com a possibilidade de colaborar para o sustento da família.

Nassaró Nasser e Aracy Lopes da Silva chamavam atenção para esse fato, em 1984, tomando como referência o Relatório de Paraíso, 1976: “Finalmente, salientamos que cada facção tem seu núcleo centralizado na sua etnia específica o que, por sua vez, corresponderia aos vários grupos domésticos nucleares nos diferentes pontos da reserva, e fora dela. Outro aspecto a ser destacado é a cessão que chega a extrapolar os limites da família nuclear. Os “vínculos ultrapassam as unidades familiares e abrangem o grupo

maior composto pelos grupos familiares que têm a mesma origem étnica, ou mais simplesmente, geográfica e que se definem como Hãhãhã, “índios de Santa Rosa”, “índios de Olivença”. Formam assim, 3 grandes grupos extremamente coesos internamente, mas parcialmente autônomos entre si. (RH, p. 49). É importante notar que este traço, a coesão, pode ser detectado no levantamento genealógico, mediante a recorrência de casamento entre primos cruzados, ou seja, uniões entre filhos de irmãos de sexo diferente, e a reiteração de relações de aliança entre determinadas famílias, através de casamentos sucessivos...” (Nasser & Lopes da Silva, 1984)

Apesar de não haver sido constatada a existência de uma regra explícita para alianças matrimoniais no interior e entre os diversos grupos étnicos que se distribuem pela área da reserva, pode-se observar a realização de certos arranjos familiares entre as chamadas *famílias étnicas*; e também entre estas e determinadas famílias de não-índios. Vejamos o exemplo de duas índias e um índio (uma das quais irmã do índio) residentes na aldeia Bahetá, que casaram com três irmãos não índios, cuja família de orientação reside na cidade de Itajú do Colônia. Uma das citadas mulheres, e seu irmão, pertencem ao grupo dos chamados “Hãhãhã”, que seriam descendentes daqueles índios do passado, “pegados nas matas de Itajú”; e a outra mulher pertence ao grupo dos chamados Tupinambá. Ela e mais uma outra irmã são as únicas dessa etnia que residem na aldeia Bahetá, pois até mesmo o pai, e demais irmãos, tios e primos estão localizados na região do Caramuru, no município de Pau Brasil.

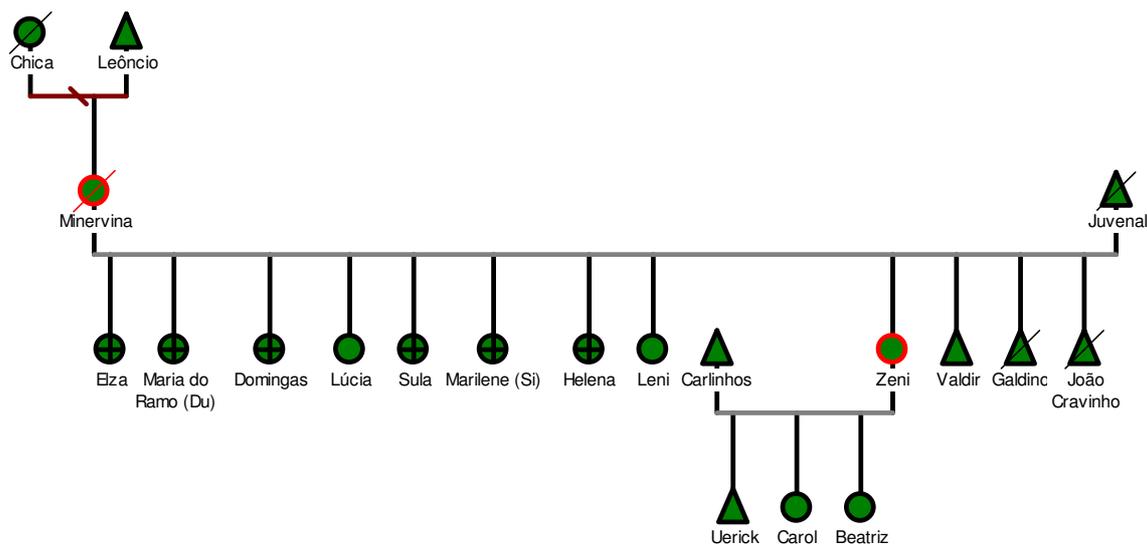
Os vínculos de parentesco das pessoas que formam um grupo doméstico são bastante variados. No levantamento demográfico realizado por mim entre os anos de 2002 e 2005 (Souza, 2007), verifiquei a existência de 17 diferentes tipos de arranjos familiares, desde grupos domésticos compostos somente pelo que designou de “chefe”, até àqueles que admitem outros indivíduos, não componentes do “núcleo consanguíneo”.

Dentre esses 17 tipos de arranjos familiares, o mais predominante é aquele do tipo elementar ou conjugal, i.e., composto de chefe + cônjuge + filhos. É muito comum que os netos mais velhos – solteiros e sem descendência -- residam com seus avós maternos, sem que, necessariamente, os pais sejam co-residentes nesses grupos domésticos, como ocorreu em doze dos tipos registrados.

Os arranjos familiares são bastante fluidos, podendo a configuração de um grupo doméstico ser alterada no lapso de meses, já que as uniões ocorrem com frequência, e uma separação não implica em abstinência sexual para os cônjuges. Um casal que se separa tem todas as chances e possibilidades de se unir a outras pessoas.

Diásporas, parentesco e organização social

O índios da Reserva Caramuru-Paraguassu entendem e interpretam as diferenças étnicas vigentes na Reserva Caramuru-Paraguassu através da “história de cada povo”, pois *“cada povo que tem aqui tem uma história diferente, de antes... Mas depois passou a ter uma história só porque todo mundo vive aqui agora”*. Quando relatam suas trajetórias, referem aos distintos lugares onde haviam nascido e morado, e destacam os locais de origem de seus “troncos velhos” (pais, avós, bisavós), a exemplo de Pedra Branca (Kariri-Sapuyá), Olivença (Tupinambá), Catolezinho (Kamacã). A geração, que está na faixa etária entre 25 e 30 anos, na sua maioria, não nasceu na área da Reserva Caramuru-Paraguassu, ou “área do Posto Indígena”, como eles costumam designar. As gerações anteriores a essa, entre 40 - 50 e 60 - 70 anos nasceu na Reserva, mas morou em outros lugares, fora da área indígena, fruto da diáspora à qual foi compelida a grande maioria dos Pataxó Hãhãhã, em meados da década de 50 e 60 do século passado. Represento abaixo um diagrama de parentesco dos Kariri-Sapuyá, onde a primeira geração nasceu na aldeia de São Bento, a segunda nasceu na Reserva Caramuru-Paraguassu e, também fora da Reserva, e, finalmente a terceira geração, que nasceu na Reserva, após o retorno das famílias, em 1982.



É interessante perceber que eles registram duas diásporas, ou seja, uma primeira, sofrida por seus antepassados expulsos dos aldeamentos onde estavam estabelecidos antes do deslocamento para a Reserva Caramuru-Paraguassu; e uma segunda, na qual seus pais e avós foram obrigados a entregar suas terras, sob a pressão do governo, através do SPI, e de regionais, que afirmavam que os índios “*não teriam mais nada ali, todas as terras do posto estavam arrendadas e o governo não se responsabilizaria mais por eles*”, que, doravante, era “cada um por si”. Essa segunda dispersão compulsória é mais reiterada em suas narrativas, facultando o conhecimento de seus variados locais de nascimento e moradia, antes do retorno para a Reserva, a partir da primeira retomada, em 1982.

Este retorno, inclusive, não ocorreu, para muitas, no mesmo período. Em alguns casos, os pais e filhos mais velhos retornaram primeiro, para estabelecer contato com as lideranças que haviam encabeçado a reconquista, pois, segundo eles, era necessário saber o número de membros da família nuclear e “reconhecer” os parentes, que haviam perdido contato durante a dispersão. Branca, uma das participantes das oficinas de genealogia, relembrou o momento da sua chegada, junto com a mãe, o padrasto – que chama de pai -- e irmãos, quando encontraram, na “corrente”⁹, o cacique da época, Nelson Saracura, procedendo à “checagem” de quem era “índio mesmo”, de quem tinha saído dali anos atrás ou de seus descendentes.

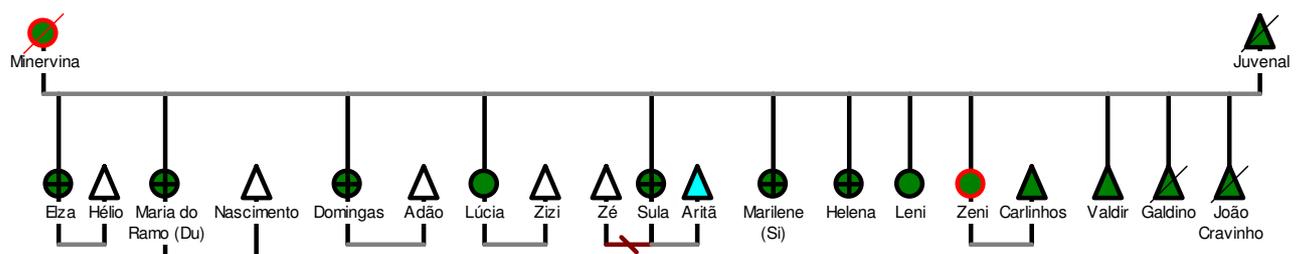
⁹ O local referido como “corrente” é a entrada da antiga Fazenda São Lucas, onde, de fato, havia uma corrente presa entre duas estacas de cerca. Com o tempo a corrente quebrou ou perdeu o uso, mas o local continua a ser assim designado.

É importante assinalar que Nelson Saracura, Kariri-Sapuyá de Pedra Branca, apesar de cacique, não foi o único responsável pela admissão das pessoas no retorno à Reserva. Outros líderes, de etnias diferentes, como o Tupinambá Nailton Muniz, por exemplo, também efetuaram o “reconhecimento do seu povo”. Os fatores para a admissão eram, basicamente, a “ancestralidade” da família e seus membros, através da memória dos mais velhos, das referências aos locais de moradia (Toucinho, Serra da Bananeira, Mundo Novo, etc), bem como, e não menos importante, os laços que haviam sido estabelecidos em décadas passadas. Ou seja, era importante ser reconhecido por outro índio, morador do mesmo local, como tendo sido residente na área do posto; e, finalmente, a participação na luta para essa primeira retomada, a área da antiga Fazenda São Lucas.

Uma jovem, de 29 anos, também se lembra da chegada ao Caramuru. Seus pais já eram casados e com filhos, quando saíram da Reserva e primeiro fixaram moradia em Teixeira de Freitas, no extremo-sul baiano, seguindo o rumo de seu avô materno. Após um tempo foram tentar a vida no Estado do Paraná, trabalhando em uma fazenda de arroz. Foi lá que ela e mais dois irmãos nasceram. Foi lá, também, que uma de suas irmãs mais velhas se casou e teve seu primeiro filho; a primogênita já foi casada ao Paraná. Quando receberam a notícia de que seu povo tinha “entrado de novo na terra”, não hesitaram em retornar. Vieram quase todos, filhos, netos e genros. Apenas uma filha quis permanecer no Paraná, e lá está até hoje.

O pai desta jovem veio, preliminarmente, fazer a verificação da situação. Ele havia recebido um recado do primo Nelson Saracura de que era para os índios voltarem, que haviam iniciado a reconquista das terras. Segundo ela, “*pai veio, ajeitou tudo e mandou buscar nós*”. A família, a partir desse momento, permaneceu na Reserva até o presente. Dois de seus irmãos destacam-se na “luta pelos direitos” e ambos são assassinados.

Ela casa-se com um rapaz, filho de mãe Kariri-Sapuyá -- prima dos seus pais – e pai tupinambá de Olivença, com quem tem três filhos, duas meninas e um menino.



A dispersão à qual foram compelidos pode ser retrada, em alguma medida na história de uma jovem de 30 anos, que nasceu em São Paulo. Seu pai, irmão de Nelson Saracura, e sua mãe são Kariri-Sapuyá, mas ela foi criada entre os Maxakali, pois seu avô trabalhava no Posto dos índios Maxakali. Quando seus pais se conheceram estavam morando na Aldeia de Barra Velha, a denominada aldeia-mãe dos Pataxó meridionais, no município de Porto Seguro, pois suas famílias já haviam sido expulsas do Caramuru. Após o casamento, os pais tentam a vida em São Paulo, onde ela nasceu. Com a retomada de 1982, retornam para o Caramuru, mas em decorrência de conflitos ocorridos em 1984, envolvendo seu avô paterno, Ursulino Fernandes, pai de Nelson Saracura, e tios, com as demais famílias que estavam estabelecidas no Caramuru, migram para a aldeia de Nova Vida, em Camamú, onde faleceu seu pai. Sua mãe, então, resolve tentar a vida em outros lugares, não obstante o apoio que recebia da sogra, D. Santa, e de seus cunhados. Retorna à Barra Velha, onde só permanece um ano, pois a família não se adapta a um ambiente marítimo, sem estradas, cujo transporte era de canoa. Voltam à Nova Vida/Camamu, onde permanecem certo tempo, mas em 1997, juntamente com outras famílias que residiam em Nova Vida, migram, mais uma vez, para o Caramuru.

Poucos dias depois da chegada, a jovem tem a confirmação de que estava grávida. Com temor da reação materna, ela deixa uma carta e retorna para Nova Vida, a fim de compartilhar o fato com o namorado não-índio, que morava na cidade de Camamu. Tudo é acertado, eles moram juntos, durante um período, em Camamu, e seis meses depois do nascimento da criança, vêm definitivamente para a Reserva Caramuru-Paraguassu, fixar residência próxima à mãe e o padrasto, pois sua mãe constituía um novo matrimônio. É importante destacar que por ocasião da retomada de 1997, o retorno das famílias que estavam fora da área indígena obedeceu ao mesmo critério estabelecido em 1982¹⁰, ou seja, o representante da família mais revestido de autoridade acertava o retorno e o local, na Reserva, onde seria fixada a residência, após o que os outros membros da família se deslocavam.

¹⁰ Poderíamos considerar que esse “critério” não foi estabelecido em 1982. Muito possivelmente ele é uma atualização da prática adotada pelo SPI quando da concessão de terras a famílias indígenas, que migravam para a Reserva Caramuru-Paraguassu nos primeiros tempos.

No caso desta jovem, sua mãe e irmãs, elas não podiam mais contar com o apoio, material e emocional, dos tios e cunhados paternos, devido a desentendimentos ocorridos em 1984, que implicaram no rompimento dos laços afetivos. Sua mãe, informada, então, sobre as novas retomadas que ocorreriam, junta-se aos combatentes, e aí permanece até que a Justiça defere ação favorável aos Pataxó Hãhãhã, através de Manutenção de Posse. Na seqüência, ela entra em acordo com o cacique da época, Wilson ou Ninho, e traz seus pertences e filhas.

O reconhecimento de distintas trajetórias, decorrentes da primeira e da segunda diásporas, impedem a apreensão dos Pataxó Hãhãhei como uma unidade, embora, em muitos âmbitos, eles se percebam como uma totalidade. Melhor dizendo, na esfera privada, do cotidiano da Reserva, as diferenças são percebidas com muita presteza e isenção. Arrisco-me a supor, que subjaz à identidade global Pataxó Hãhãhã, a clara percepção de que eles são um povo com origens distintas, com diferenças marcantes, que, nos dias de hoje, são objetivadas e sentidas nos planos da organização social, geográfica e política. Certa vez, a atual cacique, comentou:

“a diferença tá no povo todo, a gente é uma nação, nação indígena, mas que dentro dela tem as diferenças de sangue, de famílias...”.

Talvez possamos nos aproximar, aqui, da ideia de comunidades imaginadas de Benedict Anderson. Segundo esse autor, as comunidades imaginadas (nações) se formam a partir de estilos culturais próprios, capazes de produzir metáforas e outros símbolos exclusivos. O que há de comum em todas elas é a utilização simbólica do parentesco – “somos todos parentes” --, como o exemplo da metáfora da Mãe-Pátria, ou no caso, indígena, a Mãe-Terra (Anderson, 2008).

Carvalho e Souza (2000) já haviam assinalado que “os Pataxó Hãhãhã parecem reconhecer que a diáspora a que foram compelidos ensejou diferenças entre as famílias, e mesmo internamente a cada uma delas, mas admitem também que a posterior reunião, a partir da década de oitenta, na antiga Reserva, teria possibilitado o estreitamento dos vínculos, tornando-os um **povo**”.

Por sua vez, uma firme e altiva senhora Kariri-Sapuyá, que mantém uma delicada relação com os encantados, o que a faz reputada, na área indígena, como uma grande rezadeira, não se intimida em afirmar que a família étnica que está estabelecida na aldeia como Kamacã, não o é. Segundo ela, essa classificação lhe foi atribuída em 1982, por antropólogos que visitaram a área, no período. Quando repliquei que essa família também retornou em 1982, pois era efetivamente moradora do Posto em épocas passadas, ela respondeu que o patriarca, já falecido, pai da atual matriarca Kamacã, era posseiro, funcionário do SPI. A sua reação deve ser contrabalançada, uma vez que os “velhos” Kariri-Sapuyá se caracterizam por um marcante etnocentrismo, que, na prática, reverbera em um sentimento de indianidade, fenotípica e histórica, pronunciada: são eles os verdadeiros índios, a medida a ser considerada em relação aos demais. Nesse sentido, quem não é Kariri-Sapuyá, quem não foi conduzido por Curt Nimuendajú, na década de 1930, para a área do posto, não tem sua identidade indígena corroborada por eles¹¹.

Esse etnocentrismo interno à Reserva é, segundo uma professora, que já foi diretora da escola indígena, *“influenciado em casa, desde pequenos as crianças ouvem essas coisas em casa e reproduzem o preconceito na escola”*.

Já em relação aos Tupinambá, as divergências não são interpretadas por dúvidas suscitadas em relação à sua indianidade, mas por distinções políticas, decorrentes de condutas divergentes na maneira de conduzir a luta¹² e a forma de viver. Essas questões, segundo a professora, provocam rivalidades entre as crianças, na escola, e dificultam o trabalho dos professores. Fica, assim, evidenciado que a escola reproduz as contradições e diferenças internas, seja no conteúdo didático da escola, seja no difícil relacionamento entre alunos de etnias diferentes.

¹¹ Nimuendaju observou que os *Kariri-Sapuyá* teriam desenvolvido, “apesar do cruzamento”, um forte sentimento de raça, dividindo a humanidade em duas partes: (1) “Nós índios, seja qual for a descendência; e (2) “os contrários”, ou o resto da humanidade (Nimuendaju apud Carvalho e Souza, 2000).

¹² De acordo com a acepção utilizada por Max Weber, para quem “Uma relação social denomina-se *luta* quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros..... Somente falaremos de “luta” quando efetivamente existe uma situação de concorrência. (...)! (Weber 1991: 23-4).

Um das grandes questões discutidas pelos professores é como conciliar a história das distintas famílias étnicas com o conteúdo programático anual e a disposição individual dos professores. Ou seja, uma professora Tupinambá, por exemplo, manifesta claramente que não se sente à vontade para ensinar aos seus alunos Kariri-Sapuyá sobre “a saga dos índios de Pedra Branca”. Contudo, os professores escudam-se em uma retórica que procura minimizar os efeitos da diversidade étnica e que considera que se a história os compeliu a compartilhar um mesmo território, isso ocorreu há já algum tempo, e, portanto, urge minimizar as diferenças. Nesse tipo de racionalização, os Pataxó Hãhãhã são um só um povo, ocupam um território de 53.099 ha. e a história dos antepassados não deve acentuar as diferenças étnicas. A própria interlocutora, que se auto-identifica, internamente, como Kariri-Sapuyá, e conhece a trajetória histórica dos “índios da Pedra Branca”, já tendo, inclusive, visitado a área de estabelecimento da antiga aldeia, na porção sul do Recôncavo baiano, quando se apresenta em contextos externos ou assina documentos, é “Margarida Pataxó”.

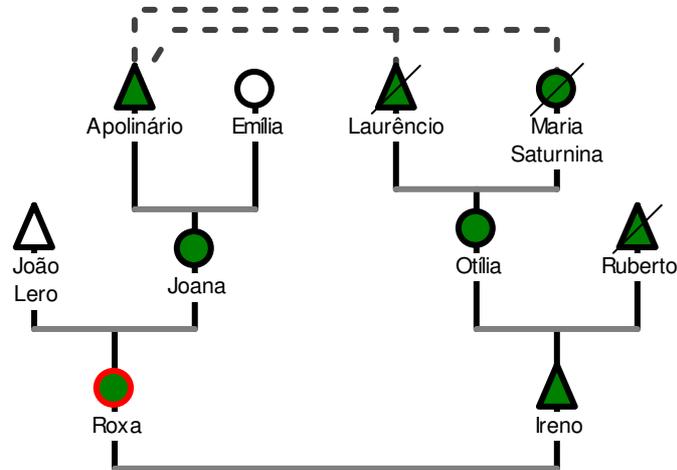
O sangue, sem dúvida, é um importante vetor de identidade no contexto examinado, e, “por sua vez, parece apreendido sob a dupla perspectiva biológica e histórica” (Carvalho e Souza, 2000: 08). A mesma perspicaz e ativa informante Kariri-Sapuyá afirma que gostaria que fosse feito um trabalho, na aldeia, para analisar o sangue de cada pessoa e ‘ver’ quem era “índio de verdade”, uma vez que costuma manifestar a sua insatisfação com a atual situação da Reserva, onde “há muitos não-índios tomando os direitos de quem é índio de verdade”.

Carvalho e Souza (Ibid: 08) já haviam apontado para o fato de que o parentesco de sangue concerne, na Reserva, a “três níveis, ou categorias classificatórias crescentes, ou seja, aos membros da família de procriação, os parentes consanguíneos; àqueles componentes de uma determinada família étnica, ou povo; e, finalmente, ao conjunto formado pelas várias famílias étnicas, que se identificam mutuamente como *parentes de sangue*”.

Uma senhora Kariri-Sapuyá, que é prima de seu marido, reforça o suposto:

“nós somos tudo um parente só, uma gente só e os outros não é parente. Os outros [outros índios de dentro da Reserva] são estranhos. Tem que casar com parente por caso que fica com o sangue limpo. E com outros o sangue

não é limpo”. E completa: “*família somos nós assim, tudo um sangue só. O mesmo parente...*”)



Apesar de se dizerem “primos”, a informante não estabeleceu o grau de parentesco entre eles. Com base na genealogia elaborada por Lopes da Silva, e pelos dados recém atualizados, é que foi possível supor o possível parentesco entre eles, que reproduzi no diagrama acima.

Certa vez, fui até sua casa, atendendo a um convite, pois ela havia confeccionado um colar para mim, a título de presente. Ao lá chegar, ela exibiu mais dois colares, um para seu marido usar em uma viagem à Brasília; e um segundo, que seria usado por ela própria no casamento do cunhado, irmão do marido. Perguntei sobre esse casamento, quem eram os noivos e ela me relatou a insatisfação da família de seu marido, sogra e cunhados, com essa nova união. A jovem pretendente do cunhado é Kamacã, e, apesar dos laços de amizade entre eles, a família do marido não aceitava a união, sob o argumento de que a moça era de uma “nação diferente,” não tinha o “sangue puro”, em face do que vaticinava que a união não daria certo.

É importante assinalar que nenhuma restrição foi feita pelos Kamacã, ao contrário. A sogra alertou o filho que se ele insistisse em casar, não edificasse casa perto da sua, que fosse estabelecer moradia onde residem os Kamacã. Problematizei o caráter do

impedimento, já que a moça era índia, ao que a minha interlocutora, prontamente, retrucou:

“A diferença é por causa que da mesma etnia tudo que um quer, o outro quer... Aí quando tem 3 um puxa pra um lado, outro puxa pra outro e não dá certo nada. É por isso que nós tamo aqui tudo misturado e não tá dando nada certo... Nunca endireita, só veve assim...”

Os homens e mulheres da Reserva costumam atribuir às distinções étnicas, as dificuldades experimentadas para se organizar social, cultural e politicamente. Percebe-se, portanto, uma certa tendência à segmentação interna, cada família étnica se retraindo em relação às demais. Enquanto aguardavam o resultado do julgamento, o projeto político coletivo dizia respeito à retomada integral do território, após cuja conquista as famílias étnicas iriam, gradativamente, definindo suas fronteiras e *“vivendo cada um do seu jeito, com sua cultura”*. Isso parece querer dizer que a cultura ao tempo em que aproxima, afasta, seja em decorrência de incompatibilidades estruturais, seja de experiências históricas particulares, como aqueles resultantes das diásporas a que eles foram submetidos, seja, finalmente, mediante a exacerbação de certos itens e, ou, instituições, deliberadamente acionados para produzir diferença e afastamento culturais, em um contexto interétnico complexo.

Os Kamacã, como já mencionado, sentem-se discriminados pelos demais. Eles alegam que são o povo que mais tem parentes fora da Reserva¹³, o que atribuem aos óbices interpostos pelos líderes. A sua rarefação demográfica, conseqüentemente, é interpretada como impossibilitando a ocupação de porções da Reserva entendidas como suas, onde seus antepassados haveriam nascido e vivido. A emergência dos Gueren, ligados aos Kamacã por vínculos incontestes de parentesco, enfrenta a mesma resistência de afirmação étnica e circulação pelas terras da reserva.

¹³ Referem que seus parentes estão em Teixeira de Freitas, Jacarecy, Itabuna, Belo Horizonte e na cidade de São Paulo.

Considerações finais

A identidade Pataxó Hãhãhãi persiste, hoje, tal como se apresenta, porque acolhe as idiossincrasias das diversas etnias que a compõem. Essas diferenças, portanto, repercutem nas relações de parentesco, gênero, alianças, conjugais e políticas, e no plano da reprodução, biológica e social.

A organização social na Reserva, bem como as relações políticas aí estabelecidas replicam o sentimento divisional existente entre as denominadas famílias étnicas. A expectativa em relação às alianças, por exemplo, caracteriza-se por certa preferência de que aconteça dentro de cada grupo ou família étnica. Isso é bastante visível, particularmente, entre os Kariri-Sapuyá. Contudo, não obstante os explícitos embargos suscitados pelos “velhos” Kariri-Sapuyá, há muitos casos de união conjugal entre membros desse grupo com os Kamacã. Do mesmo modo, e em que pese a restrição demonstrada quanto à indianidade desses últimos, Kariri-Sapuyá e Kamacã estabelecem alianças políticas estratégicas.

As evidências parecem significar, portanto, que as diferenças, sobretudo étnicas, não forjam fronteiras rígidas. Na prática, elas são removidas, quando as circunstâncias assim o aconselham, do mesmo modo que as contradições são contornadas, quando daí possam resultar benefícios recíprocos. Mediante os relatos dos informantes, pude constatar, muitas vezes, que não obstante os preconceitos e etnocentrismos mútuos, subsiste profundos vínculos entre essas etnias, especialmente entre as suas gerações mais velhas, cujo núcleo é o reconhecimento de um passado comum, na Reserva. Nesse sentido, o passado continua provendo sentidos adequados para compreender, e suportar, a nova situação. Passado pleno de sofrimentos, humilhações e coerções, que, todavia, tem seu papel na criação de "comunidades morais", como a demonstrar que a violência não gera apenas destruição (Das 1995). Isto está patente, por exemplo, em uma afirmação da matriarca dos Baenã, Maura Titiá. Por ocasião de uma das oficinas de genealogia, Maria Rosário Carvalho, coordenadora do projeto, indagou-a de que maneira ela conseguia manter uma memória tão vívida. E Maura não exitou em responder: *“é o sofrimento, Maria do Rosário”*.

Finalmente, podemos afirmar que a escassez da terra, e a desterritorialização imputaram a esses índios novos reordenamentos de ocupação a partir de novos casamentos

contraídos, novas alianças e denominações étnicas. Cabendo a indagação: nesse novo cenário de vitória da ação no Supremo Tribunal Federal e expectativa de desintrusão da área, a forma de ocupação do território continuará a obedecer a uma lógica do parentesco Pataxó Hãhãhã?

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, Maria Rosário & SOUZA, Jurema Machado de A. “*Raça, Gênero e Classe em perspectiva comparativa: nordeste do Brasil e Amazônia ocidental*”. In: Anais do I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença: articulando gênero, raça e classe. 2000. Salvador: UFBA.

CARVALHO, Maria Rosário & SOUZA, Jurema Machado de A. Vebete Pataxó Hãhãhã. Enciclopédia dos Povos Indígenas. www.socioambiental.org.br

DAS, Veena. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.

NÁSSER, Nássaro N. & SILVA, Ma. Aracy Lopes da. 1984. “Laudo Antropológico Interdito Proibitório 32.096, 2a. Vara da Justiça Federal -Salvador-BA.

SOUZA, Jurema Machado de A. 2002. *Mulheres Pataxó hãhãhã: corpo, sexualidade e reprodução*. Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, concentração em Antropologia. UFBA.

WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília

Legenda dos diagramas apresentados

